

A MULHER E O PODER NA ESTRUTURA ESPORTIVA DO ESTADO DO PARANÁ - BRASIL

ANA ELISA GUGINSKI CARON

Universidade Federal do Paraná/ Brasil

anaecaron@gmail.com

CLAUDIA MORAES E SILVA PEREIRA

Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Brasil

claudiamoraesuepg@gmail.com

FERNANDA JANTSCH REIS

Universidade Federal do Paraná/ Brasil

fernandajantschreis@gmail.com

MÁRCIA SIMONI AGUIAR

Secretaria de Esporte do Estado do Paraná - SEET/PR

simoniaguiar@hotmail.com

Envio original: 28-07-2015. Publicado: 30-11-2017

Resumo

Esta pesquisa apresenta um panorama da participação das mulheres em cargos de gestão da estrutura esportiva do estado do Paraná-BR. O objetivo foi investigar a representatividade feminina em órgãos de poder na estrutura esportiva paranaense entre os anos de 2013 e abril/2015, identificando os conflitos encontrados pelas mulheres gestoras em assumir cargos de poder. Foi realizado um levantamento de dados que demonstra a inserção da mulher em órgãos governamentais e administrativos, e a partir disso, uma reflexão pela perspectiva bourdieusiana, principalmente no que sugere a dominação masculina e à violência simbólica constituída no campo esportivo. O estudo aponta que mulheres e homens são vítimas de uma ordem social androcêntrica pré-estabelecida e tendem a reproduzir características de feminilidade e masculinidade que mantém a ordem na estrutura esportiva paranaense, através da construção e incorporação do capital simbólico vinculado às construções sociais de gênero.

Palavras-chave: Mulher; Poder; Estrutura esportiva; Violência simbólica.

Mujeres y poder em la estructura de deportes del estado de Paraná - Brasil

Resumen

Esta investigación presenta una visión general de la participación de las mujeres en puestos de dirección de la estructura deportiva del estado de Paraná-BR. El objetivo fue investigar la representación femenina en las autoridades en la estructura deportiva Paraná entre los años 2013 y abril / 2015, la identificación de los conflictos que enfrentan las mujeres directivas a asumir posiciones de poder. Se realizó una encuesta de datos que demuestra la inclusión de las mujeres en los órganos de gobierno y administrativos, y de eso, un reflejo de la perspectiva de Bourdieu, especialmente cuando se sugiere a la dominación masculina y la violencia simbólica consiste en el campo de deportes. El estudio muestra que las mujeres y los hombres son víctimas de un orden social preestablecido androcéntrico y tienden a reproducir la femineidad y la masculinidad de características que mantiene el orden en la estructura deportiva Paraná a través de la construcción y el desarrollo del capital simbólico ligado a las construcciones sociales de género.

Palabras clave: Mujer; Poder; Estructura Deportiva; Violencia Simbólica.

Women and power in sport structure of Paraná state – Brazil

Abstract

This research presents an overview of women's participation in management positions of sport structure of Paraná State in Brazil. The main goal was to investigate female representation in position of authority in Paraná sports structure between the years 2013 and April/2015, identifying the conflicts faced by female managers to assume power positions. The data shows women's inclusion in government and administrative positions, and, from that, a reflection by Bourdieusian perspective, especially when it suggests to male domination and symbolic violence consists in the sports field. This study points out that women and men are victims of a pre-establish androcentric social order and tend to reproduce features of femininity and masculinity that keeps the order in Paraná sports structure through the construction and development of the symbolic capital linked to social constructions of gender.

Key-words: Woman; Power; Sport Structures; Symbolic Violence.

Introdução

No campo esportivo brasileiro é possível perceber a grande presença de homens como técnicos, gestores e administradores, mesmo em esportes que socialmente são considerados femininos. Neste aspecto pode se presumir que as pessoas que detêm o poder de decisão dentro das estruturas esportivas são em sua maioria homens.

A partir desta constatação e buscando a contextualização histórica do campo esportivo, percebemos que o esporte se construiu vinculado ao homem, à virilidade, ao combate e à disputa (Rubio, Simões, 1999; Pfister, 2003). Exemplo dos Jogos Olímpicos, a mulher foi proibida de participar das primeiras edições nos jogos gregos antigos, pois sua imagem se resumia à sacerdotisa que trazia boa sorte ao competidor ou a que consagrava o vencedor, como Niké, a deusa da vitória. A mulher não possuía nenhuma relação com a competição (Chiès, 2006).

Nos Jogos Olímpicos Modernos as primeiras competições seguiram a mesma concepção dos Jogos Antigos. Pierre de Coubertin, fundador dos Jogos na modernidade, acreditava que as mulheres não deveriam denegrir os jogos com seu suor, simplesmente deveriam coroar as vitórias (Pfister, 2003). A primeira participação oficial feminina aconteceu em 1900 nas modalidades de tênis e golfe, modalidades estas que não ofereciam contato físico entre os participantes. A tenista inglesa Charlotte Cooper entrou para a história como a primeira vencedora de uma prova feminina nos Jogos (Rubio; Simões, 1999).

O campo esportivo é um espaço amplo, de intensas negociações e conflitos, composto por diferentes estruturas e agentes que movimentam as relações que o compõe de acordo com determinados interesses, principalmente no que se refere às questões de gênero. É no campo que se

instauram a disputa pelo espaço e pelo poder. Especificamente, no campo esportivo, muitas foram as “batalhas” enfrentadas pelas mulheres para se inserirem neste espaço.

A entrada da mulher no campo esportivo é recente em função das características viris do esporte e da posição ocupada pela figura feminina na sociedade. Aos poucos as mulheres vão aparecendo em novos espaços vinculados ao esporte. Exemplo disso é a visibilidade na mídia esportiva, a arbitragem em jogos de futebol masculino, participação de mulheres em esportes considerados masculinos como MMA, locais que ainda geram polêmicas e dúvidas a respeito da competência técnica das mulheres no esporte.

A participação feminina dentro do campo não se limita a prática de modalidades e presença em competições, mas também na participação nas estruturas que formam esse campo. Segundo Rubio e Simões (1999: 50) "o papel desempenhado pela mulher no esporte confunde-se e mescla-se com seu papel social na história da humanidade, história essa escrita e interpretada de um ponto de vista masculino".

Através da rápida consulta ao contexto esportivo relacionado à participação feminina no esporte, surge a pergunta de partida deste trabalho: por que as mulheres não são “vistas” nos cargos de poder em estruturas esportivas do Paraná? Esta pergunta surge da realidade vivenciada pelas autoras do trabalho e possui como hipótese central que a invisibilidade da mulher é resultado de uma construção histórica e cultural da subordinação da figura feminina em relação à masculina, que se mantém mediante uma violência simbólica produzida pelos ortodoxos de tal relação. A mulher, como heterodoxa, busca o seu espaço superando barreiras de gênero, tentando consolidar sua competência técnica e engajamento político no campo esportivo.

Neste sentido, o objetivo do trabalho é investigar a inserção da mulher em cargos de “poder de decisão” na estrutura esportiva paranaense entre os anos de 2013 e abril/2015. Como objetivos específicos tem-se apontar a presença feminina do poder na estrutura esportiva paranaense e identificar os conflitos encontrados pelas mulheres gestoras em assumir cargos de poder, realizando uma análise pelo viés bourdieusiano, principalmente no que sugere à dominação masculina e à violência simbólica constituída no campo esportivo.

Contextualização do conceito de gênero

Ao iniciar este trabalho é importante ressaltar o gênero como uma categoria de análise. Conceitualmente, gênero

[...] não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto o sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito feminino ou masculino [...] não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas, sim, os processos de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos. O conceito parece acenar também imediatamente para a ideia de relação; os sujeitos se reproduzem em relação e na relação (Louro, 1996: 9-10).

Significa dizer que gênero é uma maneira de compreender as relações sociais por uma perspectiva para além do sexo biológico e entender os processos de dominação e poder sem naturalizá-los pela simples representação do sexo.

A visão de gênero como construção histórica e cultural implica em considerar o conjunto de categorias e arranjos simbólicos pelos quais a sociedade transforma um macho em homem e uma fêmea em mulher. Além disso, possibilita refletir como a biologia sexual transforma-se em produto da atividade humana, fazendo com que diferentes papéis sociais sejam pré-definidos e aceitos como naturais, superando tais pensamentos e buscando um entendimento em base à construção social (Strey, 2001, *apud* Simionato, 2003).

Historicamente, a figura masculina se colocou como superior a feminina em detrimento de muitos aspectos sociais, econômicos e culturais. Simone de Beauvoir (1970) afirmava que a mulher era socialmente colocada como o “Outro”, ou, como seu livro sugere, o “Segundo Sexo”, em que ocupava um espaço de subordinação, referendado pelo homem. Diante disso, a autora aponta para uma secundarização social e cultural do papel da mulher na sociedade.

A autora rechaça a ideia ou o mito do eterno feminino e acredita que exista uma essência histórica e universal que determinaria o que é a mulher. Não existe uma só feminilidade, mas existem mulheres que se situam de modo singular dentro das relações de poder. Beauvoir (1970) desconstrói uma ideia natural do “ser mulher”, contestando sua adequação ao sexo biológico. A função da fêmea não basta para definir a mulher, ou seja, o gênero não está fundado no sexo biológico e nem determinado por ele. Ao contrário, a masculinidade e a feminilidade fazem parte da ordem social, construída historicamente e assimilada por uma determinada sociedade.

Ao pensar na perspectiva da manutenção dos esquemas de gênero pré-estabelecidos, Bourdieu (2010) em seu livro “A dominação masculina” procura identificar as estruturas sexuais e os “esquemas generativos” que permitem realizar a “socialização do biológico”, tornando aparentemente natural as distinções sociais de gênero. Para o autor, existe uma incorporação inconsciente das práticas de gênero, que envolvem as instituições e o mundo social. A incorporação das estruturas de uma ordem simbólica ao qual estamos inseridos permite a reprodução do habitus das relações de exploração e dominação que determinam a hierarquia de gênero. Por conta do habitus, a ordem simbólica se reproduz ao

mesmo tempo que constrói os corpos socialmente diferenciados, com base em um processo de predominância do masculino sobre o feminino.

Constitui-se, portanto, a sociedade que Bourdieu (2010) denomina de androcêntrica, na qual o homem situa-se como o centro da mesma. E todos os outros elementos da sociedade se colocam na lógica de satisfação ao modelo masculino. Nesse sentido, constituem-se esquemas classificatórios que revelam os modelos que devem ser seguidos e que são absorvidos a partir do que se denomina de dominação masculina.

Nesse contexto podemos apontar para uma dinâmica social em que, de acordo com Bourdieu (2010), os homens se colocam como ortodoxos, ou seja, aqueles que estão em uma condição de padrão dominante, enquanto que as mulheres podem ser determinadas como heterodoxas, ou seja, dominadas. Vale ressaltar que não podemos generalizar tal relação para todas as estruturas sociais, mas podemos utilizá-la como ponto de partida para a análise.

Bourdieu (2010) entende a dominação masculina como violência simbólica e sua eficácia consiste em ser percebida como algo natural que faz com que a mulher incorpore passivamente as disposições do habitus feminino. Não só a mulher é vítima desse sistema, como o homem também, no que diz respeito à necessidade de cumprir normas de masculinidade que são impostas pelo poder simbólico. Ao homem é destinado o símbolo viril, forte e violento e a virilidade é igualada à capacidade reprodutiva e à violência. O privilégio masculino é uma cilada que se encontra em constante tensão que impõe ao homem afirmar sempre a sua virilidade. Ao contrário da mulher, o homem ‘verdadeiramente homem’ é obrigado a crescer buscando a honra e glória, principalmente ser bem sucedido na esfera pública.

A discussão de construção de processos de feminilidade e masculinidade é resultado do trabalho de socialização realizado pelas instituições que reproduzem as estruturas de distribuição do capital cultural, como a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação. A família desempenha um papel fundamental, pois é onde se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e escrita da linguagem. Bourdieu (2010) denomina de ‘poder simbólico’ essa relação de poder que se estabelece na sociedade, um poder invisível que coloca todos os seres humanos submetidos a uma ordem androcêntrica.

No âmbito esportivo, é facilmente observável a dominação masculina na produção dos corpos sexualizados. O esporte é tido como espaço de espetacularização do corpo e obstáculos na participação feminina devem ser superados em esportes como o futebol, hughby e boxe, pois são tidos como esportes “masculinizantes” (Goellner, 2003).

O olhar do espetáculo na prática do esporte supervaloriza o corpo, seus moldes, músculos, marcas entre outras. O corpo “se constrói a partir de seus elementos biológicos e da sua inserção na

cultura” (Goellner, 2006: 36), ou seja, é produto também de uma cultura de valores e padrões masculinizados.

O homem para o esporte é compreendido pela sua virilidade e sua masculinidade, enquanto a mulher representa o belo sexo, com a intensa valorização sexual e biológica de seus corpos (Bosschilia, 2005). Como relata Knijnik (2003: 28), “Chavões de beleza e de sexualidade são comumente utilizados para designar atletas de diferentes modalidades”.

[...] enquanto os homens atletas são descritos em termos de suas façanhas, de sua competitividade, de sua força física e psicológica, de sua bravura por jogar, mesmo estando seriamente machucados, as mulheres atletas são descritas em termos de sua aparência física, feminilidade, comportamento não-competitivo e relacionamento (KNIJNIK, 2003: 30).

No vôlei de praia, por exemplo, é nítida a valorização do corpo feminino, ofuscando o profissionalismo e o talento. Concursos como “Musa da praia” ou campeonatos como “Rainha da praia” buscam mostrar os belos corpos das jogadoras em detrimento de sua competência técnica para a modalidade.

Já o futebol, o processo é inverso. Para conseguirem praticar a modalidade precisaram ultrapassar barreiras sociais e culturais estabelecidas pela ordem androcêntrica. Além da preocupação com a estética corporal, havia a preocupação explícita de que a função da mulher na sociedade era a reprodução e a maternidade, e o futebol poderia comprometer tais aspectos que reafirmavam a feminilidade da mulher. As normas de feminilidade não condizem com a prática de esportes “masculinos”, pois promovem a masculinização dos corpos e descaracterizam o padrão de corpo feminino almejado e imposto socialmente.

A violência simbólica em relação à mulher atleta de futebol, hughby, boxe, halterofilismo é intensa em função de um processo de construção social onde a mulher ocupa um lugar de subordinação, como é o caso do campo esportivo, nestes determinados subcampos. Tal construção ocorre em função de que o homem se consolida no esporte como personagem principal e a dicotomia entre “sexo forte” e “sexo frágil” aparece com mais evidência e tende a se manter em determinados locais do campo.

Assim, a violência simbólica se institui por meio do não questionamento da lógica dominante, isto é, ela ocorre por meio da não disposição a pensar e a refletir de forma profunda acerca da relação do dominado com o dominante. A sua manifestação se dá quando não busca conhecimentos para além do senso comum, o que possibilita tornar a relação naturalizada, construindo o ser social na lógica da dominação (Bourdieu, 2010).

Como vimos, o campo esportivo é constituído por estruturas que garantem o seu funcionamento, a geração e reprodução do habitus desse campo. Para estudar a presença feminina em cargos decisórios na estrutura esportiva paranaense é necessário conhecer as instituições que compõem essa estrutura. O esquema abaixo representa as instituições pertencentes à estrutura esportiva paranaense que foram escolhidas para fins desse estudo.

Gráfico 01: Estrutura Esportiva Paranaense



Fonte: As autoras

Estas instituições definem as políticas e organização esportiva no estado do Paraná e também formam profissionais que atuam no campo esportivo. São nestas estruturas que a presença da mulher em cargos decisórios será investigada nessas instituições, considerando a representatividade no campo estudado.

Na esfera governamental estão incluídas a Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET/PR) e as Secretarias Municipais de Esporte. O Conselho Estadual do Esporte é uma entidade independente que tem a função de auxiliar toda a gestão esportiva no Estado do Paraná. Nas entidades de administração do desporto estão incluídas as Federações Esportivas do Estado do Paraná. Nos cursos de graduação em Educação Física estão incluídas faculdades e universidades que formam bacharéis e licenciados em Educação Física no estado. O CREF/09 é o Conselho Regional de Educação Física da região 9 que abrange o Paraná, de acordo com a divisão do Conselho Federal de Educação Física.

Apesar do foco do estudo ser a presença da mulher na estrutura esportiva paranaense, é importante entender que a disputa pelo poder não está presente somente dentro das estruturas esportivas do Estado do Paraná. Ampliando rapidamente o olhar para outras estruturas maiores que regem o campo esportivo, é possível perceber que as disputas de manutenção do poder masculino também se faz presente. A tabela abaixo mostra a participação feminina em Comitês Olímpicos Nacionais e em Federações Internacionais no ano de 2010.

Tabela 01 - A mulher nos Comitês Olímpicos Nacionais e nas Federações Internacionais de Esporte em 2010

	Comitês Olímpicos Nacionais	Federações Internacionais de Esportes
Mulheres nas diretorias	18%	18%
Mulheres na presidência	4%	3%
Mulheres na secretaria geral	9%	4%

Fonte: Henry e Robinson, 2010 apud por Coakley (2014: 208). Tradução das autoras.

Esses dados mostram que as dificuldades da participação feminina em cargos de poder se reproduzem dentro do campo esportivo também em nível internacional. É nítida a pequena participação de mulheres nos cargos de poder. Neste aspecto Bourdieu (2010: 78) nos explica: A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tal como elas são hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a ‘distância em relação ao papel’, a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens.

Ao considerar a universalidade do habitus relacionada à virilidade em oposição à feminilidade dentro de uma relação histórica de dominação, no campo esportivo se faz necessário estreitar o olhar para a estrutura esportiva paranaense e conhecer mais a realidade a qual nos encontramos inseridos.

A representação feminina nos órgãos de gestão esportiva do estado do Paraná

Apresentamos neste momento o levantamento dos dados coletados pela pesquisa realizada. Dentro de cada setor apontado anteriormente, realizamos uma análise quantitativa das representações femininas nos espaços decisórios no período de 2013 e abril/2015 e, assim, construímos os gráficos seguintes.

A. Esferas governamentais

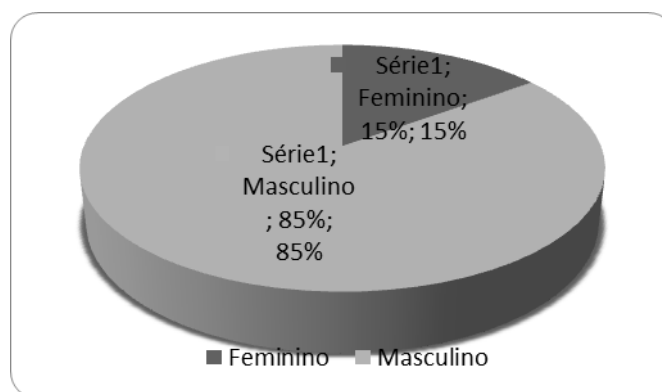
- Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET-PR)

No período de 2013 a abril/2015, o Estado do Paraná teve 3 Secretários do Esporte e do Turismo, todos homens, sem a presença feminina no cargo de poder máximo nessa instituição.

- Secretarias Municipais de Esporte

O Paraná conta com 399 municípios. Esses municípios são divididos em 13 Regionais do Esporte. Foram escolhidos três municípios aleatórios de cada região, totalizando 39 municípios. Dos 39 municípios analisados apenas 6 municípios tem mulheres no cargo de Secretaria Municipal do Esporte.

Gráfico 02: Cargos de Secretário Municipal de Esporte



Fonte: Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (2015b). Elaborado pelas autoras.

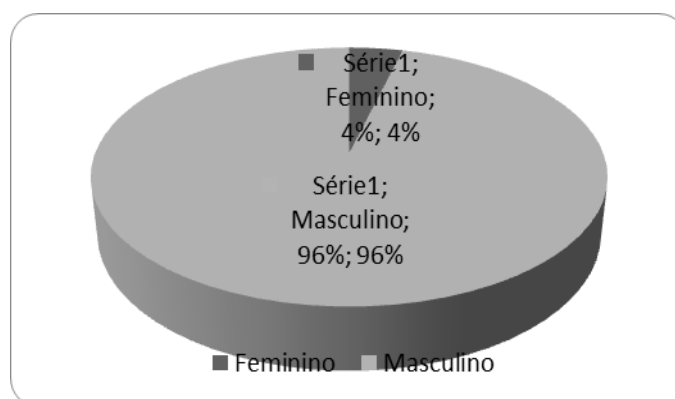
- Conselho Estadual de Esporte e Lazer

O Conselho Estadual de Esporte e Lazer foi criado através do Decreto de Lei nº 702 de 28 de abril de 1995 e regulamentado pelo Decreto nº 1.117/2003 com o objetivo de elaborar um planejamento para massificar a prática de atividade física e de lazer para toda a população e também atuar na gestão do desporto estadual (SEET, 2005). No período estudado, o Conselho Estadual de Esporte e Lazer não teve troca de presidente, sendo o último homem que assumiu o cargo em 2012.

B. Entidades de administração do desporto

As entidades de administração estão ligadas a Secretaria do Estado do Esporte e do Lazer. Atualmente existem 48 federações distribuídas em diferentes modalidades. Durante o período de 2013 a abril/ 2015, somente 2 federações foram presididas por mulheres, em contrapartida, 46 foram presididas por homens. As federações presididas por mulheres equivalem à Federação Paranaense de Desportos Aquáticos e à Federação Paranaense de Ginástica.

Gráfico 03: Presidentes de Federações Esportivas

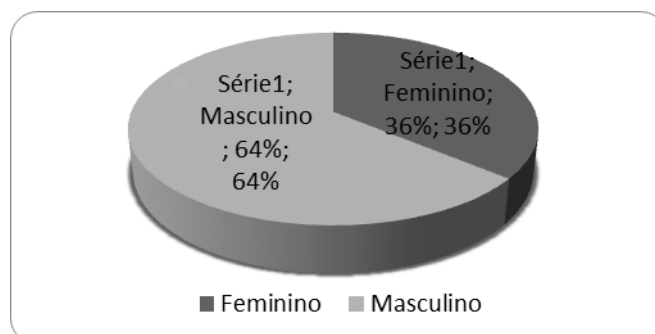


Fonte: Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (2015c). Elaborado pelas autoras.

C. Cursos de graduação em educação física

De acordo com o Portal do Ministério da Educação estão registradas 48 instituições que oferecem cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) em educação física no estado do Paraná, tanto na modalidade presencial como à distância (MEC, 2015). Os coordenadores de curso representam 64% do total, e as coordenadoras representam 36%.

Gráfico 04: Coordenadores dos cursos de graduação em Educação Física

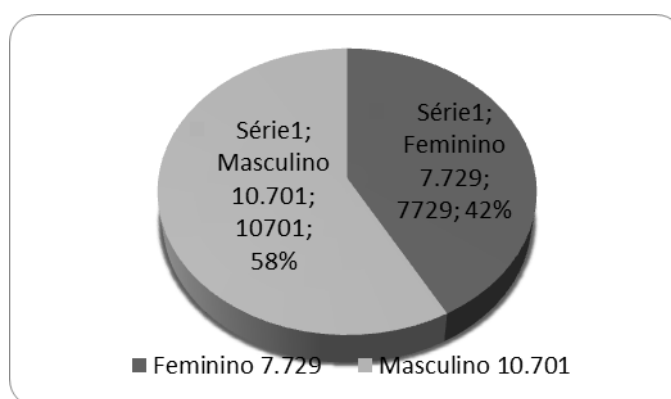


Fonte: Ministério da Educação (2015). Elaborado pelas autoras.

D. Conselho Regional de Educação Física – região 09

Os dados coletados do CREF/09 são referentes à quantidade de filiados do sexo masculino e do sexo feminino. Até abril/ 2015 dos 18.430 filiados ao CREF/09, 58% eram homens e 42% eram mulheres.

Gráfico 05: Divisão por sexo dos profissionais afiliados do CREF/09.



Fonte: Conselho Federal de Educação Física. (2015). Elaborado pelas autoras.

A partir dos dados levantados e a reflexão sobre a dominação masculina e a violência simbólica construída sobre os gêneros, podemos verificar que a realidade paranaense não se distancia da ordem social estabelecida. São poucos os cargos (em alguns setores nenhum) que são ocupados por mulheres. No órgão governamental máximo da estrutura esportiva no Paraná (SEET), a representação feminina é nula, bem como no Conselho Estadual de Esporte e Lazer. Interessante observar que são as duas estruturas vinculadas a organização esportiva no Paraná com maior possibilidade de regência e mando. Podemos identificar, assim, que nas estruturas de maior poder a mulher se encontra ausente, não por falta de competência técnica, mas como hipótese, apontamos a dificuldade de um engajamento político em função da ordem social androcêntrica estabelecida no campo esportivo e político de maneira geral, que se reflete na estrutura esportiva do estado do Paraná.

Vale ressaltar também a participação feminina nas entidades de Administração do Desporto. As presidentes aparecem em apenas duas federações: Federação Paranaense de Desportos Aquáticos e a Federação Paranaense de Ginástica. Se nos aprofundarmos nas modalidades referidas e buscando um histórico da participação da mulher nos esportes, contatamos que são as federações que comportam modalidades de competições apenas para mulheres, como o nado sincronizado e a ginástica rítmica.

Neste aspecto, podemos considerar que as mulheres estão selecionadas em federações que reafirmam a feminilidade da mulher no esporte, de acordo com as características sociais existentes para as mulheres. Os fundamentos ocultos de dominação aqui aparecem, pois, por mais que estejam situadas na presidência da federação, não avançam no rompimento da visão da mulher feminina, delicada, dócil, estabelecendo a ela o seu lugar destinado.

Em relação aos coordenadores de curso e aos filiados no CREF já encontramos um maior equilíbrio. Como se tratam de instituições diretamente relacionadas à formação profissional e acadêmica, podemos verificar uma maior busca das mulheres pelos cursos de educação física e uma maior acessibilidade à área. Porém, o número de mulheres ainda se encontra inferior ao de homens nestes espaços.

Considerações Finais

A partir do levantamento realizado constatamos que a mulher está em um lugar marginal frente aos órgãos de poder da estrutura esportiva do estado do Paraná. Tal estrutura reproduz a ordem simbólica de divisão sexual do trabalho, reforçando características femininas e masculinas relacionadas ao sexo biológico e não a competência técnica.

Resultado de uma lógica social androcêntrica e incorporada pelo capital simbólico presente nas relações de gênero, a mulher nos órgão de poder possui pouca participação. Podemos sugerir duas hipóteses para isso: a primeira relacionada à incorporação da violência simbólica em que as mulheres não acreditam que possam assumir cargos de poder, de chefia e de mando e por isso não se dispõem a tais cargos; e segundo pela exclusão, assédio moral e sexual, taxaões que as mesmas possam sofrer mediante uma situação como esta.

É impossível apontar uma causa verdadeira, primeiro porque fizemos um levantamento quantitativo, o que nos impossibilita uma análise mais profunda acerca dos reais motivos. E segundo, porque as relações dentro do campo são constantes e mutáveis a todo instante, nos impossibilitando um apontamento único e verdadeiro. O que podemos apontar é que as mulheres e os homens são vítimas de uma ordem social pré-estabelecida e tendem a reproduzir características de feminilidade e masculinidade que mantém a ordem na estrutura esportiva paranaense, através da construção e incorporação do capital simbólico vinculado às construções sociais de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BEAUVOIR, S. (1970). **O segundo sexo: Fatos e Mitos.** Trad. Sérgio Millet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- BOSSCHILIA, B. (2005). **As manifestações discursivas sobre a participação do futebol feminino nos jogos olímpicos: afinal, quem foi à Atenas?** XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Porto Alegre, p. 641-650.
- BOURDIEU, P. (1983). **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero.
- BOURDIEU, P. (1997). **Sobre a Televisão.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- BOURDIEU, P. (2010). **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CASTANHEIRA, M. A. V. (2008). **Capital Social, Sustentabilidade e Esporte: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol.** Dissertação Mestrado. UNIFAE - Centro Universitário Francisco.
- CHIÉS, P. V. (2006). “Eis quem surge no estádio: é Atalante!” A história das mulheres nos jogos gregos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 03, p. 99-121.
- COAKLEY, J. (2014). **Sports in Society: Issues and Controversies.** 11th edition. New York: McGraw-Hill Education.
- CONFED. Conselho Federal de Educação Física. (2015). Disponível em <<http://www.confef.org.br/extra/registrados/mostra.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- GOELLNER, S.V. (2003). A produção cultural do corpo. In: **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- GOELLNER, S.V. (2006). As práticas corporais e esportivas e a produção de corpos generificados. In: **Corpo Gênero e Sexualidade: Problematizando Práticas Educativas e Culturais.** Rio Grande do Sul: Ed da Furg.
- KNIJNIK, J. D. (2003). **A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história.** São Paulo: Editora Mackenzi.
- LOURO, G. L. (1996). Nas redes do conceito de gênero. In: **Gênero e Saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas..
- MARCHI JR, W. (2004). **“Sacando” o voleibol.** São Paulo: Hucitec;; Ijuí: Unijuí.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal eMec (2015). Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acessado em: 18 jun. 2015.
- PFISTER, G. (2003). Líderes femininas em organizações esportivas. Tendências mundiais. **Movimento**, v. 09, n. 2, p. 11-35.
- RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. (1999). De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento.** v. 11, p. 50-55.

SALVINI, L.; MARCHI JR, W. (2015).O aprendizado pelo corpo: conceitos de Pierre de Bourdieu para uma leitura do futebol feminino. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. v. 8, n. 15, p. 179-191, 2015.

SEET. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (2015a). Disponível em <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=274>> Acesso em: 11 jun. 2015.

SEET. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (2015b). Disponível em <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=279>> Acesso em: 11 jun. de 2015.

SEET. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (2015c). Disponível em <<http://www.geo.pr.gov.br/ms4/sees/geo.html>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

SEET. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (2015d). Disponível em: <<http://www.esporte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=29>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. (2003). **Funções e transformações da família ao longo da história**. Anais do 1º Encontro Paranaense de Psicopedagogia. Maringá.